

IX – Crise e democracia

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. Crise e democracia. In: *Perspectivas*: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 100-113. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IX

CRISE E DEMOCRACIA

CRISE E DEMOCRACIA⁵³

O índice da inflação do mês passado, somado aos meses anteriores, assegura novo recorde para o Brasil: superamos nossa própria marca em matéria de inflação. É certo que na conta do mês a mês houve pequena redução. Mesmo assim, é melhor manter as barbas de molho.

Já passamos por agruras equivalentes. No passado dizia-se que tudo era culpa do governo, acusado de ser populista, empreguista, corruptor. E agora?

Seria profundamente injusto acusar a democracia, que não temos, da culpa de todos os males. Mais ainda: as políticas de contenção — a nova febre causada pela economicite aguda que bem se pode chamar de “moléstia de Freedman” — estão aí, à disposição do czar da economia. Por certo, no trópico a febre ganha outras características e alguns, mais afeitos à doença nos países frios, chegam a pensar que nosso ministro-rei padece de males menos ortodoxos do que a “moléstia de Freedman”. Nessa discussão, já não se sabe quem é o paciente, se o País, que estrebucha, ou o curandeiro, que aplica mal as ditas políticas contencionistas.

De qualquer modo, entramos aqui nos trópicos na “austeridade econômica”. É de prever, portanto, que cá, como lá, a convalescença venha com desemprego, correção do déficit público, “saudável” paralisia do crescimento e tudo o mais. Com um complicador: a maldita dívida externa que serpenteia tudo e, como um parasita, suga o elã das políticas monetárias.

Diante desse quadro é bom parar para pensar.

A crise é econômica, sim. Mas a saída dela vai mais longe. Para impor (o melhor seria, ao invés de impor, compor e convencer) nova disciplina econômica e social é preciso ter força política. Essa, nas democracias modernas e talvez mais generalizadamente nas sociedades industriais complexas, como já é a nossa, depende, muito mais do que das urnas e da autocracia, da crença de que se vai no rumo certo.

É isso que falta hoje. Confiança do povo nos governantes, dos empresários nos ministros, dos trabalhadores nos donos do poder, de quase todos em quase tudo.

Não me refiro apenas à crise — real, mas não exclusiva — que separa governo de oposição, com todas as conseqüências de um bloqueio permanente às tentativas de diálogo, que logo são percebidas como manobras para não mudar nada, fingindo que algo mudou. Refiro-me à crise mais profunda, que separa a massa dos partidos, os movimentos sociais das lideranças institucionais, cada segmento da sociedade do outro.

Não será já tempo — se é que ainda é — para armar a saída da crise através de um ato de confiança — que seja uma Assembléia Nacional Constituinte — depois de uma manifestação popular clara e explícita sobre os rumos do País e as regras para uma convivência mais decente?

Há alguns anos pensava-se que talvez a Igreja, os trabalhadores, a Universidade — dariam a saída democrática. Agora, com a gravidade da situação, não será a hora de essas forças somarem-se para exigir que governos, partidos, militares e empresários dialoguem de público com o País e proponham, sem casuísmos, um esquema de saída da crise que passe pelo consentimento popular?

Será esse um clamor ingênuo, talvez. Mas no buraco em que estamos, sem uma pitada de utopia não se vê saída, senão à custa de exploração e sofrimento, em benefício de poucos. Assim, é melhor devanear do que aceitar, com realismo, que o que é será.

⁵³ *Folha de São Paulo*, 9 de abril de 1981.

A DÍVIDA E AS VERDADES⁵⁴

A reunião do Fundo Monetário Internacional em Otawa não dá margem para dúvidas: o clube dos ricos enrijeceu na mesa de negociações. O fantasma da quebradeira internacional ronda o mundo e os banqueiros. FMI à frente, se apressam a exigir pagamento em dia e austeridade econômica.

Há poucos anos, na euforia dos petrodólares, eram os mesmos banqueiros internacionais que abriam as burras de Londres, Nova York ou Genebra, incentivando os tomadores dos países subdesenvolvidos. Quem não se lembra dos anos do milagre e da euforia? Foi um corre-corre danado.

Agora, depois da recessão; não se ouve nem de longe a litania das antigas musas. São reprimendas e severos conselhos, chamando à ordem chefes das economias ao sul do Equador (e também ao norte: é só pensar no México). Não se renegociará dívida alguma, dizem. Ponham ordem na casa, acrescentam. É só acabar com o déficit público, congelar os salários, cortar os subsídios, exportar mais e importar menos e pronto: paga-se a dívida.

Naturalmente, boa parte disso é “pra inglês ver”. Na prática a dívida de vários países já está sendo renegociada: o México obteve moratória parcial, a Polônia também. E não são os únicos. É certo, entretanto, que o remédio amargo da desaceleração da economia com a coorte de malefícios sociais será a contrapartida da aceitação prática da moratória (muito pouco prática, aliás) via dilação dos prazos de pagamento do principal, pontualidade nos juros e empréstimos do FMI.

E nós?

O governo insiste em que deve, não nega e pagará em dia. Para pagar há duas alternativas não-excludentes: superávits na balança comercial e... novas dívidas (o “roll-over”). Como superávits ou são inexistentes ou não vão além de 1 a 2 bilhões de dólares — altamente insuficiente para pagar os bilhões do serviço da dívida — resta mesmo continuar de pires na mão, à busca de novos empréstimos.

Até quando?

Só mesmo uma política irresponsável, de esconder a cabeça na areia, pode supor que iremos pelos tempos afora “enganando os trouxas”. Mesmo porque os banqueiros nada têm de trouxas.

Sendo assim, só resta ao País tomar consciência de que, cedo ou tarde, a catástrofe internacional vai se abater sobre nós. Como o governo não assumiu a postura correta, de renegociar a dívida com soberania, de deixar de lado a prática de contratar obras novas com o fim principal de obter financiamentos para “rolar” a dívida e não de investir de fato nos setores produtivos, de concentrar os investimentos nos setores que permitam utilizar a capacidade ociosa das indústrias de bens de produção e possam recriar tecnologia, cabe aos partidos de oposição levantar estes temas e discuti-los perante a Nação.

É pena que, à proposta contida nos documentos do PMDB, a resposta dada pelos dirigentes do País e do PDS tenha sido apenas o insulto. Importa menos saber se nalgum ponto em particular o PMDB ou seus técnicos estão errados. O que importa é reconhecer que vamos mal no atacado e para sairmos da encalacrada (e não há saídas fáceis) precisamos ter, em primeiro lugar, credibilidade. E esta requer a exposição franca da verdade, doa a quem doer.

A hora não é para politiquice. O País requer sinceridade e seriedade. Se o governo não é capaz delas, que a sociedade civil e os partidos as assumam. E quanto antes.

O PRESIDENTE E A CRÍTICA⁵⁵

Tomo de empréstimo comentário de um amigo jornalista para abrir a coluna falando sobre o discurso do presidente Figueiredo na ONU: “O Reagan bem pode cobrar do Figueiredo suas reiteradas declarações sobre as oposições que criticam sem parar e não sugerem nada”.

⁵⁴ *Folha de São Paulo*, 2 de setembro de 1982.

⁵⁵ *Folha de São Paulo*, 30 de setembro de 1982.

Pois é. Só assim o Presidente começa a entender como é duro estar do outro lado do muro e como à oposição cabe criticar e não remendar erros alheios. É verdade que a fala presidencial dá alguns conselhos e diz que o importante é que os países ricos dêem dinheiro aos países pobres. Dar, naturalmente, é eufemismo: que emprestem a juros escorchantes. Mas nada diz sobre a crise dos países ricos.

Este é o busílis da questão. A crise, bem e acacianamente disse o Presidente, está aí. Ela lembra 1930, crê ainda nosso general na ONU. Se é assim, como produzir o milagre? Os homens do FMI pensam que sabem como: austeridade, equilíbrio dos déficits fiscais, equilíbrio no balanço de pagamentos, excedentes na balança comercial.

Só que a receita, já ponderou Olavo Setúbal em artigo recente, é antiga e inadequada. Não estamos diante de uma crise tradicional. Não se trata de desequilíbrio no comércio exterior, que seria corrigido importando-se menos, exportando-se mais e recebendo uma injeção de óleo canforado de créditos (ou de direitos especiais de saque).

O problema é muito mais sério: o desequilíbrio das contas externas dos países que se industrializam advém de investimentos maciços, em projetos ainda não maduros, com a necessidade de novos investimentos para completar os primeiros, de créditos para re-financiar as dívidas já contraídas e da crise do comércio mundial, tudo em conjunto. Mais ainda, boa parte dos investimentos feitos e dos créditos abertos operam em circuito fechado: são firmas multinacionais que devem às matrizes. Portanto, a própria antiga noção de que os países pobres devem aos países ricos precisa ser repostada para expressar a situação de internacionalização da produção.

De tal forma que é impossível separar a crise geral da economia mundial da dívida nacional e vice-versa.

Há alternativas distintas, entretanto, para enfrentar a crise. Todas elas dependem, em primeiro lugar, de opções políticas. Se a idéia política central for a de manter o atual equilíbrio mundial, com hegemonia norte-americana e com engajamento brasileiro na solução, têm razão os que propõem novas formas de rolar a dívida, aumentando-a, assegurando-se aos banqueiros internacionais garantias (tanto na condução da política econômica quanto na participação no filé-mignon dos novos investimentos, como por exemplo, no que houver de melhor no projeto Carajás). Em contrapartida, o Brasil teria assegurada a continuidade relativa do mesmo estilo de desenvolvimento dependente-associado.

Se, entretanto, a idéia política for a de romper este equilíbrio, buscando-se novos ajustamentos especialmente ao nível de acordos bi ou multinacionais entre países do Sul (como propõe com coerência, há muito tempo, Severo Gomes), é óbvio que a moratória prática deve ser enfatizada sem tantas garantias aos financiadores e investidores internacionais. Neste caso haveria ruptura maior dos países do Sul com o sistema mundial e provavelmente um processo político interno e uma série de acomodações sociais que abalariam qualquer idéia de re-equilíbrio da ordem mundial tal como ela funciona hoje.

Existe ainda outra possibilidade. Se a primeira hipótese aqui mencionada corresponderia a uma, espécie de solução “conservadora ilustrada” e a segunda à solução “reformadora utópica”, a terceira seria, pura e simplesmente, “retrógrada”. Esta consiste em “ir levando” a presente situação, ajustando os desequilíbrios, apertando os cintos, pagando com atraso os juros e a dívida (mas sem recusar-se ao pagamento). Mesmo que para isso fosse necessário diminuir a taxa de crescimento, provocando o desemprego, e provocar uma des-industrialização relativa do País e um engajamento automático na ordem gerida pelo FMI.

Existem, naturalmente, outras alternativas. Mas estas bastam para o comentário final. O problema com o discurso do Presidente é que ele saltou a primeira hipótese, colocou-se no plano verbal favoravelmente à segunda e seu governo patrocina, na política interna, a terceira hipótese.

Assim não dá!

FASE CONSTITUINTE⁵⁶

Como o senhor vê o resultado das eleições?

- As eleições mostram que houve uma negociação tácita no Brasil. Vou dar um exemplo com o presidente Figueiredo. Ele entrou na campanha e nós o atacamos, porque ele arregaçou as mangas sem ser candidato do PDS. Ele jogou seu prestígio como presidente para apoiar um partido. Esse é o lado negativo, mas há um positivo. Ele caucionou a eleição.

Quer dizer, os senhores estavam condenando a participação formalmente, mas estavam gostando dela.

- É, ele caucionou, garantiu que a eleição era para valer. Eu já disse uma vez e volto a repetir. Eu acho melhor o presidente brigando num palanque, dizendo que vai fazer e acontecer para garantir seu próprio direito de falar, do que não falando nada e baixando o AI-5.

Pelo que se entende, na sua opinião, essa fase de negociação, que todos estão dizendo que vai começar depois das eleições, na verdade já começou.

- Houve uma negociação tácita. E dentro dela houve o compromisso de que a voz popular seria ouvida.

Nesse raciocínio, o senhor reconhece o mérito do presidente em bancar o jogo...

- Claro, porque ele teve que enfrentar os setores que não queriam nada disso. Mas do outro lado houve o mesmo mérito, também. Nunca vi no Brasil uma situação em que não só os partidos de centro, mas os grupos de esquerda se comportaram tão coerentemente e tão construtivamente. A única tentativa que houve de ruptura do esforço de redemocratizar veio da extremíssima direita ululante. Foi o negócio de fazer panfletos contra o Montoro, as lamentáveis jogadas contra o Marcos Freire, todas oriundas dos porões misturados com a ultradireita. Foi só a ultradireita que teve um comportamento nota zero. Os setores de esquerda, que fizeram? Concorreram, numa atitude muito construtiva.

A que o senhor atribui esse comportamento construtivo? Seria resultado ainda de um certo medo ou de um amadurecimento político do país?

- Acho que medo não foi, porque muitos dos que estão aí não demonstraram medo em momentos mais difíceis. Houve um amadurecimento, já que a própria sociedade impôs esse limite de atuação. A intuição política ensina que ou você entende onde está pisando ou escorrega. E eu acho que as oposições não escorregaram.

O senhor incluiu o governador Brizola nesse procedimento geral?

- Eu o incluí nitidamente. Não tenho dúvida de que ele jogou nesse mesmo sentido. Ele até exacerbou esse comportamento equilibrado, se é que é possível exacerbar o equilíbrio.

Que o senhor pretende fazer no Senado?

- Primeiro eu vou aprender, porque nunca fui parlamentar. Segundo, eu acho que o ano que vem é importante para o debate geral e institucional, e esses temas eu posso ajudar a debater. O Senado está num patamar que dá aos parlamentares chances para articular politicamente, tanto a nível partidário como da sociedade. Acho que, hoje, quem quer ter algum papel como senador no Brasil tem que fazer um pouco como Teotônio Vilela fez. Tem que andar, tem que estar próximo ao que acontece na sociedade.

Em termos práticos, qual seria o objetivo dessas articulações?

- Nós chegamos ao tempo do social. De agora em diante, ou redistribuímos a renda, discutimos o poder, a participação, ou não andamos. Não há nenhuma razão para a legislação sindical ser como ela é. É um atraso. Não há nenhuma razão para a legislação tributária ser como ela é. É outro atraso. Não tem

⁵⁶ Entrevista a *Isto É*, 1º de dezembro de 1982.

cabimento o atraso na questão fundiária no Brasil. O grande problema é a situação econômica e o bloqueio criado pelo fato de estarmos saindo de um sistema autoritário. Eu acho que posso ajudar a desbloquear isso. Nós vamos entrar numa fase que não é da Assembléia Nacional Constituinte, que é uma bandeira do PMDB, mas numa fase constituinte. Uma fase de repensar as bases de convivência no Brasil. Nós temos que repensar a questão do Estado.

O que isso quer dizer?

- Você tem duas posições a esse respeito. Uma é a chamada liberal, que diz que o Estado não existe, o que existe é o indivíduo e o mercado. A outra é a posição chamada estatista, que pode ser confundida com socialista, mas não é, e que diz que o Estado tem que regulamentar e dividir. Eu acho que hoje a questão é controlar, democratizar o Estado. Você tem que transformar o Estado, que hoje é máquina que oprime, em alguma coisa que seja pública e permita o debate do social. Esse, para mim, é o miolo da democracia moderna.

REPENSAR O ESTADO⁵⁷

Gostaria que dissesse como a seu ver é possível tornar “pública” a burocracia estatal, para pegarmos um exemplo concreto.

- Só há pouco tempo atrás descobrimos, chocados, que a nossa dívida externa era bem maior do que se imaginava, que boa parte dela era a curto prazo e que as agências de nossos bancos no Exterior estavam em dificuldades porque os poupadores estrangeiros não têm mais confiança em nos emprestar. Ficamos sem saber disso muito tempo, porque as decisões nessa área são tomadas em sigilo. Como controlar esse e outros setores que agem da mesma forma? Obrigando-os a prestar contas ao Parlamento e aos meios de comunicação. Essa é a maneira de forçar essa burocracia a ter um controle de fora sobre ela. Essa burocracia passou a funcionar como uma coisa privada, como se tivesse titularidade própria para o controle de um pedaço do Estado. E, evidentemente, ela não tem essa titularidade. Não há receita mágica para coibir esse abuso: é preciso denunciar, criticar, para que a burocracia estatal perca a autonomia que adquiriu por causa da ditadura.

Ela adquiriu autonomia tanto em relação ao conjunto da sociedade como também com relação ao próprio governo.

- É verdade. Ela se fechou mesmo com relação ao próprio governo. E, para dar nomes aos bois, deve dizer-se também que há uma outra burocracia, que se chama Serviço Nacional de Informação e que também está querendo ter poder a título próprio. Todos conhecem hoje a confissão patética do pai do SNI, o general Golbery: “Criei um monstro”. É verdade, porque ele criou um órgão para produzir informação que seria necessária ao governo, mas que passou depois a ser manipulada fechadamente pelos burocratas que passaram a utilizá-la como instrumento de poder. Assim, além da burocracia econômica, temos também a burocracia política. Hoje, o partido político mais organizado do Brasil não é o PMDB, ou PDS, ou PDT, ou PT, ou PTB, mas o SNI, porque tem profissionais que são políticos. Eles não são outra coisa, porque detêm e manipulam a informação. Têm até escola própria para formar seus quadros.

Temos, então, de acordo com a sua exposição, dois setores que adquiriram autonomia com relação à sociedade e ao próprio governo: a burocracia estatal, ou econômica, como diz, e a burocracia política do SNI. Ou seja: estaríamos chegando a uma espécie de regime de capitânicas?

- Estamos realmente chegando a um sistema que você acaba de chamar capitânicas do Estado, quer dizer, partes do Estado estão sendo apropriadas privadamente não por pessoas, mas por grupos que tomam conta de setores que têm importância, porque possuem uma enorme capacidade de controle sobre o conjunto da sociedade. Não haverá democracia no Brasil enquanto não se resolver esse problema. Temos partidos funcionando e um Parlamento aberto, mas enquanto o Parlamento não fiscalizar o orçamento e enquanto não

⁵⁷ Da entrevista a Lourenço Dantas Mata, *O Estado de São Paulo*, 7 de agosto de 1983.

houver mecanismos de controle dessas burocracias, não haverá democracia moderna.

Em suma, o AI-5 era apenas a ponta do iceberg?

- Sim, e ele serviu de guarda-chuva para que tudo isso crescesse. Não foi para isso que fizeram o AI-5, mas porque estavam com medo da guerrilha.

Houve uma espécie de efeito perverso?

- Efeito que acabou desabando sobre a cabeça dos próprios homens que estavam no comando do Estado, porque o SNI cuida muito mais do próprio Estado do que de nós. Você não se preocupa com o SNI, não é mesmo? Eu também não: digo o que penso sobre ele e sobre os problemas brasileiros, abertamente. Como não sou parte do Estado, o SNI não se ocupa de mim. Mas se ocupa do Estado: quer controlar quem vai ser ministro e até presidente.

Está faltando nessa análise a consideração do papel desempenhado na política pelos militares, e é sobre isso que queria agora sua opinião.

- Está faltando, portanto, o principal. Acho que no Brasil ou temos o bisturi na questão militar ou não vai haver avanço real em direção à democracia. Com isso quero dizer que na sociedade moderna os militares são parte constitutiva não só do Estado como, até certo ponto, na medida em que ele se mescla com a sociedade, da própria sociedade. Eles têm interesse em certo tipo de indústrias que garantam autonomia para as Forças Armadas, arrogam-se o monopólio de certas funções, como as relativas à segurança nacional, interferem no relacionamento com o Exterior e, às vezes, se arrogam o monopólio do próprio Estado. O atual regime militar não criou o interesse dos militares pelas decisões econômicas. Nesse terreno, eles queriam apenas a autonomia em armamentos, o que é normal em todo o mundo. Mas não há, e é bom que assim seja, uma concepção militar das coisas. Os militares não têm uma teoria da educação e nem uma da agricultura. Nesses como em outros terrenos eles aceitaram as teorias que lhes foram oferecidas pelos civis. Adotaram esse modelo de desenvolvimento e passaram a achar que todo mundo que era contra isso era também comunista. Quando o barco começou a afundar, perceberam que compraram um pacote vazio ou podre, e ficaram um pouco perplexos, passando então a encolher as suas funções e a reservar para si áreas específicas. As oposições ou, melhor ainda, a sociedade civil como um todo deve discutir com os militares quais são aquelas áreas específicas e quais as suas fronteiras. Não há nenhuma razão para a Presidência da República, por exemplo, ser uma daquelas áreas. Discutem-se hoje até mesmo algumas idéias esdrúxulas como a de que a Presidência da República é uma coisa e a administração propriamente dita é outra, devendo a primeira ficar entregue aos militares e a segunda aos civis. Não sei se é ou não por aí que se deve iniciar a conversa, mas sei que se tem de começar o debate aberto com os militares: qual é a função deles e os seus limites, o que tem como consequência a formulação da mesma questão com relação aos civis. É preciso saber então quais são as áreas nas quais os civis não vão abrir mão de sua primazia sobre os militares.

A seu ver os militares já perceberam que perderam o controle real das grandes decisões?

- Acho que sim. Creio que o militar, o homem da tropa, sabe tanto quanto eu ou você sobre o que vai ser decidido, ou seja, nada. As decisões importantes das quais se pedem contas aos militares — no plano energético ou no plano do programa nuclear, por exemplo — num sentido amplo não foram da responsabilidade deles. Os responsáveis foram apenas os militares do Conselho de Segurança Nacional, que fazem parte da burocracia ligada ao SNI e que estão longe da tropa. Essa distância aumentou quando o general Geisel impôs o seu sucessor sem consultar os militares, embora falando em nome deles, o que a meu ver foi até bom, porque não foi o corpo de generais que decidiu. Penso que agora eles não estão dispostos a se envolver na sucessão do presidente Figueiredo. O risco agora é outro, é usarem os militares ou o SNI como força de barganha para que o grupo palaciano se perpetue no poder. Em suma, é preciso haver um maior diálogo, não no sentido de conversa “ao pé do ouvido” para incitar militar, pois tenho horror disso, mas diálogo público, com as posições expostas claramente. É preciso que na Escola Superior de Guerra e em outros fóruns militares haja um diálogo mais amplo com a sociedade: a igreja, os sindicatos, os partidos. Nesse ponto, quero deixar meu pensamento bem claro: não se trata de conspiração nem de propor aliança ou buscar apoio, mas de colocar as questões abertamente. Os militares devem a meu ver dizer claramente o que querem e debater com a sociedade. Querem uma política de autonomia industrial? Pois acho que isso é uma

coisa normal no pensamento militar, que encontra eco em vários setores da sociedade. O problema dos armamentos não pode ser discutido de maneira ingênua, como se vivêssemos num mundo em que não há guerra. Veja aí o conflito das Malvinas. Não quero a guerra, sou contra ela e imagino que a maioria das pessoas consultadas terá a mesma opinião, mas ao mesmo tempo todos sabemos que ela existe. Portanto, se o problema existe, é preciso discutir o que significa a defesa militar em função dos interesses do povo. Da mesma forma, deve-se discutir a segurança interna, em termos de segurança nacional e não de segurança de um grupo que está no poder, ou de segurança de um estado de coisas que oprime o povo.

- Sou totalmente favorável a que numa teoria democrática se coloque institucionalmente a questão dos militares. A sociedade mudou e o Exército mudou junto. Venho de uma família militar e sei do que estou falando. Os grandes nomes de militares políticos estão desaparecendo. Talvez o último grande tenha sido Cordeiro de Farias. O que os militares de hoje estão dizendo pela imprensa? Que seguem a linha da abertura. Mas, apesar dessas manifestações de caráter político, vê-se que eles não têm liderança nos moldes dos militares de antigamente e está certo que seja assim. Eles têm de ter é liderança profissional, na área militar. Não sei hoje de nenhum militar que possa galvanizar o País e as Forças Armadas. Contudo, tenho muito medo das conseqüências que a grave crise que vivemos pode acarretar. Crise pela qual os militares são também responsáveis, porque sustentaram governos irresponsáveis, os quais persistiram em suas políticas apesar de reiteradas advertências da oposição e das pessoas independentes. Desde 1973/74 era visível que o mundo mudava e depois de 1976/77 era claríssimo que tinha mudado. Mesmo assim, os governos de então não alteraram suas políticas para enfrentar essa situação nova. Ora, a gravidade dessa crise pode fazer surgir uma liderança militar do tipo caudilhesco, o que seria um grande passo para trás. Essa é mais uma razão para que discutamos o mais rapidamente possível a institucionalização do papel do militar na sociedade e os limites a que eles devem obedecer.

NO LIMITE DA RUPTURA⁵⁸

O expurgo dos índices do INPC com base nos quais se reajustam os salários — o que a esta altura parece inevitável — traz o risco de os sindicatos reagirem com greve?

- O risco não está numa possível reação do movimento sindical, que neste momento enfrenta problemas internos. O risco está no clima de desespero. O tecido social está no limiar da ruptura, e é precisamente por isso que uma greve limitada de funcionários públicos, ou um movimento limitado de desempregados, acaba tendo uma repercussão muito grande, desproporcional às suas dimensões reais. Como estamos no limite da ruptura, não é este o momento adequado para o governo propor transformações com tal sentido de injustiça social.

O senador Roberto Campos afirma que não se pode curar a inflação de uma maneira indolor...

- É verdade, mas resta saber quem vai sofrer a dor, e ela não pode atingir só um dos lados. Se só esse lado padece os sofrimentos, não se pode pedir-lhe compreensão. A um trabalhador, ou a um político comprometido com as teses dos trabalhadores, não se pode pedir compreensão se não há justiça na distribuição do peso da crise.

Por que críticas e propostas formuladas por vozes mais conservadoras da área econômica — por exemplo, os ex-ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões — começam a despertar tanta atenção?

- Porque o país está sem rumo, e eles dão a impressão de que estão sugerindo um. Neste momento, esse conservantismo racional aparece como uma tábua de salvação para alguns setores do empresariado e da classe média alta, como uma saída para uma situação que beira a irresponsabilidade. Mas essas propostas não têm a mesma repercussão no sindicato ou nos partidos políticos. Acho que nem mesmo no PDS.

E por que se chegou a essa situação que o senhor qualifica como irresponsabilidade?

- Numa situação normal, as críticas produzidas ao longo do tempo teriam sido levadas em

⁵⁸ Entrevista a Merval Pereira, *Veja*, 22 de junho de 1983.

consideração. O resultado das eleições de novembro seria recebido como uma advertência, não como um estímulo para que o governo prosseguisse no mesmo rumo. Insistir com a mesma política econômico-financeira, quando ela passou a receber críticas de todos os lados, mostra que o governo ainda se considera intocável e revela o quanto de autoritarismo ainda existe em sua ação. Não há flexibilidade alguma, as críticas a um ministro são recebidas como se fossem ataques à essência do Estado. Há um risco muito grande de que o descrédito que hoje recai sobre os condutores da economia acabe atingindo o conjunto do governo; a própria condução política do Estado. Sinais disso estão visíveis nas preliminares da sucessão presidencial: os apelos do presidente para fazer crer que ele conduz a sua sucessão mostram exatamente que não a está conduzindo. A crise econômica e a falta de providências adequadas no momento oportuno deram nessa confusão, nesse desgoverno.

O que caracteriza essa situação de desgoverno?

- A preocupação obcecada e oportunística de ultrapassar a crise sem perder a popularidade. Ela obriga a um comportamento em ziguezague, a idas e vindas que acabam não atendendo aos interesses de ninguém. O desgaste provocado pelo último pacote de medidas econômicas foi imenso exatamente porque ele não agradou nem aos gregos nem aos troianos.

Os governos estaduais do PMDB também não estão preocupados em conservar sua popularidade?

- Mas há uma diferença: eles não possuem a máquina de fazer dinheiro nem poderes para contrair empréstimos. Então, governos do PMDB não têm margem de manobra. No entanto, a julgar pelo exemplo de São Paulo, esses governos, depois de uma fase de adaptação, vão administrar de maneira eficiente. Nenhum governador do PMDB se mostrou irresponsável, até hoje, nem sequer nas denúncias das irregularidades praticadas pelos antecessores. Penso que a oposição, no governo, tem mostrado que é responsável e será capaz de governar o Brasil. No fundo, essa confusão nasce do fato de que todos, no governo, têm medo de que a oposição vença as eleições diretas para a Presidência da República.

Qual é a proposta do PMDB para reduzir o déficit público?

- Em primeiro lugar, será preciso enfrentar esse verdadeiro encilhamento, diferente daquele da Primeira República, pois agora o propulsor é o próprio Estado. Deve haver também uma moratória interna, uma renegociação da dívida do governo. De certa maneira isso já ocorreu quando foram prefixados os índices da correção monetária. Foi como dar um calote nos credores. Acho que os proprietários dos papéis do governo estão outra vez com medo do calote.

O senhor acha que o governo fará isso, ou trata-se apenas de uma proposta do PMDB?

- O governo não vai fazer isso, ele prefere tirar dos assalariados. Nós achamos que os recursos para enfrentar a dívida interna devem ser buscados no setor financeiro. Mas essa é uma medida muito violenta, impossível de ser adotada sem alguma espécie de acordo político.

Como se consumaria esse calote?

- Se ele for dado pelo governo sozinho, baseado apenas na confiança gerada pela ocupação do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Planejamento, por representantes do pensamento econômico conservador, será simplesmente marcado um prazo durante o qual ficarão suspensos os pagamentos, sob o argumento de que não adianta trocar papel por papel. Se houver uma solução de compromissos com o pensamento da oposição, deverá ocorrer uma discussão mais profunda em torno da questão. Assim, o processo de correção das distorções seria mais rápido. Só dessa forma nós admitiríamos pensar na possibilidade de alguma contenção nos aumentos dos níveis salariais.

Isso não representará um risco de perturbações sociais?

- Do jeito que as coisas estão, com esses desmandos que acontecem e são revelados, não haverá um final feliz. Penso que se acabará por penalizar todo mundo. Acho melhor negociar essas penalidades, com a adoção de uma política econômica clara.

É necessário penalizar todo mundo?

- Nós preferimos penalizar fortemente os ativos acumulados pelo setor bancário. Estaríamos dispostos a cortar drasticamente pelo lado dos que muito ganharam.

A crise econômica influirá na sucessão presidencial?

- Em primeiro lugar, será preciso saber como chegaremos à sucessão. A crise já a está influenciando, porque esse mal-estar generalizado, essa falta de confiança, agora pegou o sistema político. Há uma parte do discurso do senador Roberto Campos, que não tem sido comentada suficientemente, a respeito da qual há possibilidade de concordância e entendimento da nossa parte. É quando ele critica o inchaço do SNI, do Conselho de Segurança Nacional. Eu declarei várias vezes acreditar que é chegado o momento de mexer nessas questões, no SNI, de discutir o papel das Forças Armadas. Como se vai definir a relação entre o regime democrático e as Forças Armadas? Essa questão continua em suspenso e acho que nós, da oposição, estamos patinando na nossa proposta de reorganização democrática, porque não temos sabido atacar pontos como esses. Como tais questões não estão resolvidas na proposta oposicionista, o resto ficou indefinido. Permanece a idéia de que será necessário manter um presidente do sistema, ou pelo menos chancelado pelo sistema. Por quê?

Por que os economistas ligados ao governo defendem o expurgo dos índices do INPC e os da oposição o combatem?

- Nós não somos absolutamente contrários a essa medida. Apenas achamos que com o expurgo quem vai pagar a conta são os assalariados, sozinhos. Ele pode até equilibrar a situação do país, mas vai empobrecer ainda mais quem já é pobre. Os economistas da oposição não acreditam que o expurgo seja uma solução satisfatória porque ele não vai mexer no outro lado da questão.

Então, o pacote não solucionará o problema brasileiro?

- Suponhamos que fosse capaz de resolver tudo. O que significa isso? Significa que a inflação seria controlada, haveria orçamentos equilibrados e, depois de um período sem investimentos, ou com pequenos investimentos, se chegaria a uma situação de equilíbrio. Por trás do raciocínio do senador Roberto Campos, por exemplo, está a idéia de que é possível repetir a experiência de 1964 a 1967, que depois foi distorcida. Nós achamos que aquela política já estava errada, antes das tais distorções. Acreditamos que os investimentos sociais deveriam ter sido feitos com maior energia, numa proporção muito maior, para permitir a transferência da renda por via indireta. Achamos, também, que o modelo então adotado, de abertura da economia para o exterior, trazia consigo a crise que aí está. A oposição não é contra exportar, mas acreditamos que na retomada do processo de desenvolvimento será preciso continuar a pensar na modernização da economia brasileira, cuidar do aumento da produtividade e investir maciçamente em setores de bens de salários, que dizem respeito à maioria da população. E cuidar também dos investimentos sociais — transportes, educação, etc. Nossa concepção estratégica, portanto, é diferente da do senador Roberto Campos.

O senhor admite que a lei salarial em vigor é inflacionária?

- A nova sistemática relativa à lei salarial, uma iniciativa do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, surgiu para corrigir uma distorção já existente. A inflação já galopava em tal velocidade, e havia achatado de tal forma os salários, que as mudanças na lei se tornaram necessárias para compensar as perdas dos trabalhadores. Portanto, não foi a lei que provocou a inflação. A inflação é que engoliu os salários.

O senador Roberto Campos pondera que é ilusório pretender distribuir a renda através de salários.

- Numa conjuntura inflacionária, acho verdadeira essa observação de Roberto Campos. Mas ninguém no PMDB pensa fazer a distribuição de renda dessa forma e nesta conjuntura. Redistribuição de renda implica processos bem mais complicados. O problema é que, numa conjuntura inflacionária, não há sentido em só não aumentar os salários. É preciso corrigir os salários.

Na opinião dos economistas do governo, isso alimentaria permanentemente a espiral inflacionária.

- Nestes últimos anos, a inflação não foi de demanda — e é preciso martelar nesta tecla. Não houve nenhum excesso de poder aquisitivo, via salários, que tenha forçado uma competição entre consumidores e, em consequência, a subida dos preços. A inflação está basicamente atrelada ao que chamo de encilhamento. O governo perdeu completamente o controle sobre sua capacidade emissora de ORTNs e letras do tesouro, a tal ponto que o montante de dinheiro necessário para pagar os juros e a correção monetária dos papéis que estão nas mãos da sociedade é superior ao orçamento fiscal. Portanto, é o governo quem puxa a inflação para cima.

Como sair do encilhamento?

- É preciso ao menos penalizar os que acumularam enormemente através desses mecanismos financeiros, desse papelório. Se analisarmos a situação racionalmente, economista algum deixará de reconhecer que é preciso instituir alguns impostos que retirem desses setores parte do que acumularam. Ninguém no PMDB defende uma política que aumente simultaneamente salários, investimentos e gastos sociais. Isso seria insensato. Numa situação de crise, nada irá aumentar, todos acabam perdendo. Sucede que, no Brasil, estão querendo que só alguns percam.

A HORA DA NEGOCIAÇÃO⁵⁹

Como o senhor visualiza agora um avanço na democracia?

- Em 78, na transformação mais profunda do autoritarismo, vimos algo muito claro: certas reivindicações da sociedade civil foram aceitas (*habeas-corpus*, por exemplo) por um governo que não aceitaria outras. Foram pressões da base, não outorga. O PMDB da época foi marginalizado. Isso fez com que o governo Figueiredo começasse com uma dianteira muito grande, fazendo da gente gato e sapato. Fez o que quis.

- Nós éramos contrários à extinção da Arena e MDB e eles fizeram. Nós queríamos uma anistia de outro tipo e eles fizeram a deles. Isso chamou a atenção — pelo menos chamou a minha. Numa nova fase — se houver novamente uma pressão de massa, como houve na eleição de 82 (quando a diferença entre as oposições e o governo foi de 7 milhões de votos), agravada pela crise econômica, pela desinteligência reinante no governo e no PDS — será criada uma situação política que some as duas coisas: a mobilização para pressão da base, com nossa capacidade de traduzir esse desejo numa linguagem parlamentar, de formulação de saídas, que se dá ao nível do Estado. Então, é possível avançar.

Como contornar a ação em favor do consenso, partida do governador Tancredo Neves e apoiada por outros governadores do PMDB?

- Não tem nada a ver com a questão dos governos estaduais, como muita gente pensa. Os governos estaduais não estão negociando politicamente. Eles estão esperneando administrativamente. E estão conseguindo pouco. Eu não sei de nenhuma proposta feita por governadores do PMDB diretamente ao Palácio do Planalto.

- O que os governadores estão fazendo é colocando as propostas gerais ao debate partidário político nacional. Eles não estão avançando o sinal de negociar. Eu acho que é correto que eles não avancem o sinal. Não acho, pois, que a existência de governos estaduais peemedebistas leve o partido a mudar de posição, nada disso. A mudança é consequência de que nós sentimos que o regime está se decompondo. E nessa decomposição acelerada do regime, compete ao PMDB, como carro-chefe das oposições, estruturar uma alternativa.

- Mas, como estruturar essa alternativa? O Colégio Eleitoral nós não queremos, porque é viciado, não representa a sociedade e não dá garantia de legitimação a nenhum Presidente. Agora, existe uma Constituição que diz que só se muda o Colégio Eleitoral com dois terços no Congresso. Nós não temos os

⁵⁹ Entrevista a Carlos Marchi, *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1983.

dois terços no Congresso. Então, a realidade nos dá duas saídas: ou nós temos a força das armas — e nós não temos, nem achamos que seja a saída adequada — ou nós temos a força da mobilização da sociedade, mobilização das opiniões, mobilização dos grupos de interesse, mobilização da base.

- Para quê? Para forçar o partido do governo, o PDS. Como não estamos entrevendo uma rebelião e não a estamos encorajando, porque não achamos que seja adequado para a realidade brasileira, temos de imaginar que essa mobilização deve desembocar nalguma coisa institucional.

Com quem negociar? Qual o ponto de partida? Como você vê a atitude de subir a rampa do Palácio do Planalto?

- Por isso é que tenho insistido tanto em que não existe uma contradição de princípios entre os que desejam um Partido ativo na sociedade e um Partido com capacidade de propor saídas. Propor a quem? Àqueles que detêm os instrumentos de controle. O ponto de partida nosso tem de ser o Congresso. Não vamos cumprir o papel ridículo de atravessar a rua e subir a rampa. Isso não tem sentido. Em primeiro lugar, porque os que estão lá não querem; em segundo, porque não é essa a nossa atitude política geral. A nossa atitude é criar condições para que, a partir do Congresso, se comece um processo de negociação, de mudanças para avançar a democratização. E se comece a formulação de uma alternativa político-social, a partir do Congresso e da sociedade.

Por que surgiu agora?

- Porque começamos a perceber que, se os órgãos do partido permanecessem sem tomar posições claras, e ao mesmo tempo pessoas do partido sentindo as mudanças que estavam ocorrendo, cada um teria a sua opinião e você não teria mais força aglutinadora. Houve capacidade de a liderança perceber essa situação. Ela foi ajudada até mesmo porque Teotônio colocou um problema geral, um quadro de referência. E outros começaram a dizer: é preciso tomar tal e qual atitude. Então, ou você cria um eixo dentro do partido, ou ele é comido pelas bordas.

- E a volta de Ulisses agora, renovado, entendendo o momento e que depende dele a capacidade de regular o partido, levou o PMDB a agir de maneira mais concertada. E também porque o PMDB dispõe hoje de um ótimo conjunto de pessoas com uma certa capacitação técnica, com uma certa visão estratégica, que são capazes, ao mesmo tempo, de entender, fazendo o jogo político, o processo econômico e o processo social.

O que é o processo de negociação?

- É normal da natureza política o conflito. E você não acaba com o conflito numa sociedade altamente conflitiva, como a nossa. Você tem uma solução democrática quando você tem mecanismos para lidar com os conflitos, mecanismos de aproximação sucessiva — ver até que ponto é possível avançar, quando sim e quando não, claramente.

- Quando se institucionaliza um processo democrático, automaticamente se institucionaliza um mecanismo de negociação. O Congresso nunca foi arena de negociação, porque não havia democracia. Então, não se negocia, se proclamam princípios. A oposição, num regime autoritário, necessariamente é uma oposição que proclama princípios. E ela aproxima da cátedra, do púlpito, porque basicamente ela diz: eis aqui a luz, tenho aqui a verdade.

- É natural que seja assim, porque ela está destituída da sua capacidade política real, de influir no poder, de tomar decisões. Na medida em que o jogo é mais aberto, mesmo num parlamento como o nosso — que é castrado de funções controladoras —, você começa a perceber que pode avançar. Como é que se vai avançar? Se ele permanece assumindo uma atitude puramente de mostrar a verdade, não avança. Ele tem que se preocupar muito mais com a *travessia*.

Como é que se chega lá?

- O “chegar lá” implica esse exercício de lidar com os conflitos e ver até que ponto você pode avançar com sua proposta ou recuar, porque não tem força para fazê-la avançar, outros têm propostas com mais força. Uma parte de sua força não depende dos recursos materiais de que você dispõe. Depende da sua

capacidade política de propor o que seja capaz de aglutinar a sociedade.

Hoje empresários e trabalhadores querem uma saída para a crise. Nesse mesmo momento, esse governo é coagido a aceitar as metas do FMI, de em 1984 ter crescimento zero — então, ele fica fraco. Porque a proposta que ele pode ter a partir daí é meramente reativa e negativa — é “não”. Enquanto nós temos capacidade de dizer “sim”, porque queremos crescer.

Agora imagine se nós quiséssemos dizer: “Não nos preocupamos com a inflação”. Isso não tem possibilidade de convencer a sociedade, porque ela sabe que a inflação corrói os seus meios de vida. Então o PMDB não pode deixar de se preocupar com a inflação. Temos de ver os mecanismos de controlá-la. Discutir os meios de fazê-la baixar. E vamos pesar: se o que vale mais a pena é baixar os salários e cortar os investimentos, que efeito vai ter, contra uma outra proposta, de baixar as taxas de juros. Talvez até seja necessário conter salários, mas numa negociação com os trabalhadores, com os sindicatos, para manter o nível de emprego. Quer dizer, negociar de novo.

- Então, se o PMDB faz uma proposta realista, capaz de atrair a atenção dos outros, porque tem confiabilidade, ele avança. Não estou dizendo que já tivemos tal possibilidade. Mas temos gente capaz de resolver esse problema. E de se apresentar à Nação, hoje, não só como o partido que diz “eu tenho a verdade”, mas como o partido que diz “olhe o caminho, vamos tentar juntos?”

Mas o governo não parece querer negociar...

- Realmente, passamos por um regime autoritário não negociador. Figueiredo vai voltar mais intransigente do que saiu. Não estou dizendo que o PMDB deva ir falar com ele. O que leva à negociação? É o conflito entre eles. É o conflito da sucessão. É que o PDS e o Governo não são capazes de definir quem vai se aproveitar do sistema antidemocrático do Colégio Eleitoral. Não conseguiram unificar.

Isso é circunstancial?

- Não, é fruto da abertura. Tendo havido a abertura, é ilusão de Figueiredo que ele controlará a sua sucessão, como Geisel controlou...

Geisel controlou porque a graduação da abertura ainda permitia?

- Era possível, porque ele tinha mais força, porque o regime era mais fechado.

Sendo mais aberto o regime, os apetites aumentam, os conflitos aumentam, as contradições aumentam e as pessoas correm mais riscos perante o sistema. Então não adianta você dizer ao Maluf que ele não será candidato. Ele continua candidato. E continuará a perturbar a paz daqueles que imaginam que vão impor o candidato.

- É difícil que Figueiredo controle isso. Então, não adianta ele dar cascudos. Ele dá cascudo, mas não dói. As pessoas não têm tanto medo dos cascudos dele — as pessoas do PDS. Na consciência deles, eles não querem negociar hoje. Mas estão brigando de tal maneira que chegará o momento em que o Colégio Eleitoral deixará de ser um instrumento de controle efetivo. Quando deixar de ser, eles vão ter que propor um outro instrumento; e nós diremos: a eleição direta é o melhor instrumento.

A campanha para a eleição direta não torna secundária a campanha para a Constituinte? E a da Constituinte não é mais importante?

- Uma coisa está encartada na outra. A campanha pelas eleições diretas leva à Constituinte. A mobilização popular que envolver a campanha pelas diretas é extremamente positiva para abrir caminhos à Constituinte. Ambas são muito importantes.

Por que o PMDB não luta pelo voto do analfabeto?

- Se conseguirmos chegar à Constituinte — e eu acredito que chegaremos — pode ter a certeza de que o PMDB incluirá o voto do analfabeto como uma de suas prioridades.

A campanha da eleição direta não estaria ofuscando outros temas relevantes, como, por exemplo, o que o PT destacou no último programa: a questão central da abertura é a liberdade sindical?

- Não. Temos visto, em reiteradas oportunidades, que o atual regime não permite a livre organização dos trabalhadores, nem a liberdade sindical. A questão central da abertura é garantir sólidos avanços democráticos que assegurem, entre liberdades do cidadão, a liberdade sindical, de tal maneira que impeça hipóteses de retrocesso.

Como o novo programa do PMDB se mete a oferecer o pleno emprego, algo que nenhuma outra economia capitalista está oferecendo agora?

- O programa do PMDB não oferece o pleno emprego. Nós consideramos, evidentemente, que o ideal é uma política de pleno emprego. Mas, nesse momento de crise econômica, o que nós propomos é um combate feroz à política que gera o desemprego, ao impor a recessão. Nós somos contra o desemprego e a favor do emprego.

A campanha pela eleição direta não deveria envolver o PMDB nas malhas de uma articulação golpista, cuja primeira vítima seria o próprio PMDB?

- O PMDB recusa qualquer idéia de articulação golpista. Não foi participando de articulações golpistas que se fez a nossa história. O PMDB nem sequer se entusiasmou com a entrevista do general Golbery e nem aproveitou o que ele disse, justamente para evitar ilações como esta.

Quais os cálculos usados pelo PMDB para supor que o PDS dará os 2/3 necessários no Congresso para transformar a eleição presidencial de indireta para direta?

- Do ponto de vista aritmético, nenhum. Do ponto de vista político, nosso cálculo é que a negociação vai importar em mudanças. E se uma mudança se torna consensual, parece óbvio que os partidos que a aprovaram previamente vão, depois, confirma-la no plenário.

Esse é o momento da negociação?

- Eu acho. Poderão dizer: é um risco, por causa da maioria absoluta. Podemos discutir. E por que não em dois turnos? Porque ninguém vai ter a maioria absoluta. Eles podem propor outra coisa, por exemplo, o parlamentarismo. Não cabe a nós propor outra coisa que a eleição direta, abrir a guarda. Nós temos que ficar com a nossa proposta. Mas quem vai abrir a guarda são eles e não é por outra coisa. É por causa do apodrecimento do regime.

- Hoje, a consciência do Brasil é: como está não funciona, não pode ficar. Dizemos nós e dizem eles. Claro que pode dar “zebra”. A “zebra” em política é sempre uma possibilidade. Podem vir as trevas. Pode. Mas, e daí? Nós vamos paralisar tudo porque pode dar “zebra”? Não, vamos fazer força para não dar “zebra”. Então, eu não tenho a negociação como um objetivo, é um mecanismo. Objetivo é a eleição direta. Objetivo é a Constituinte.

O problema é que o governo não negocia, nunca negociou, desde 1964, com as oposições. Como vencer isso?

- É necessário juntar força para negociar, nesse sentido que eu estou dizendo. Juntar força dos outros partidos, até mesmo do PDS, para negociar, aumentar o nosso cacife. Negociar para chegar aos nossos objetivos. Um deles é a reconstitucionalização do país, que implica a eleição direta. Outro é a alteração substancial da política econômico-social: não à recessão e sim a uma taxa de crescimento realista; não à inflação e sim a uma contenção eventual de preços.

- Temos que afastar da negociação a idéia de um cambalacho, a idéia de que se vai trair os ideais. Quem trai os ideais é um canalha. Não se trata disso. É preciso entender que a democracia contém em si a necessidade de negociação. Há quem diga que o regime não é democrático, e por isso não se negocia. Eu sei, mas estamos numa transição, temos de forçar o regime a ser negociador. Ou seja, temos de forçar o regime a ser democrático.

- Eu nunca fui favorável ao consenso. Pode ver nos meus livros. Porque quando se fala em consenso, se está falando de uma técnica manipuladora para evitar que o conflito apareça. Eu sou favorável a negociar, para chegar a regras que permitam o voto, permitam mostrar o conflito e dizer: está aqui o conflito, é esse e vamos negociar a fronteira desse.

Como atrair para a idéia a esquerda do partido e, do outro lado, os governadores, os setores mais conservadores, Tancredo Neves?

- Tancredo sempre declarou que ele defende a eleição direta, mas não acreditava nela. Achava que, no limite, era preciso aceitar o Colégio Eleitoral e buscar uma solução de consenso. Acho que ele deve estar pensando como nós. Quem sabe agora ele acredite mais, por causa da intensificação do conflito dentro do PDS e do governo, ele veja mais viabilidade noutra solução.

- Eu não creio que ele esteja contra o que estou defendendo, por achar que vai atrapalhar os seus objetivos. Porque a posição dele não era de objetivo, era tática. Ele pode até estar achando que deve refrear o discurso de consenso. Não temos por objetivo abafar a voz dos nossos governadores. Nós temos de ter capacidade política para fazer com que eles se juntem ao partido, não de impedi-los de pensar. Quem sabe estamos construindo esse campo, uma atuação mais coordenada entre governadores e direção do partido?

- Com relação aos grupos mais radicais, é difícil, porque são pessoas que nem estão no espectro da esquerda. É mais uma atitude, porque tem a visão profética, do púlpito e da cátedra, porque acreditam que têm de mostrar a verdade. É comportamento, mais do que visão do mundo. E são pessoas que foram formadas no autoritarismo e tinham de ser assim mesmo. E devem ser ganhas para o processo político. Não devem ser recusadas, porque o seu objetivo é mais ético.

- O que se deve fazer é mostrar que a ética da política não é a mesma do púlpito. Como sou velho leitor de Max Weber, só repito o que ele disse: a política tem outra ética, mas é uma ética. Não se deve confundir as duas éticas. Ganha-se essas pessoas convencendo-as de que seu objetivo também é ético, ético-político, e que você não está disposto a cometer patifarias.